

## O Cooperativismo como forma de emancipação do trabalho<sup>1</sup>

João Sousa Fialho<sup>2</sup>

A liberdade é aquele desprendimento seguro e a realização das potencialidades pessoais que ocorrem apenas numa rica e variada associação com outras pessoas: o poder de ser a sua própria pessoa, ao fazer uma contribuição distintiva e ao disfrutar, à sua maneira, dos frutos da associação

John Dewey (*The Public and its Problems*, 1946, p. 150)

### Resumo

Se existe algum ponto de partida evidente para a história da Economia Política, poderia dizer-se que é a história do trabalho. Enquanto atividade humana organizada para a criação e manutenção de tudo aquilo que nos permite sobreviver e viver em sociedade, o trabalho é a força, a energia, que move a economia, entendida como produção e distribuição de bens e serviços. Foi, pelo menos, essa a conceção da criação de valor que tinham os pais fundadores da Economia Política, Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, através de diversas contribuições para a Teoria valor-trabalho (Smith, 1976: 47; Milionakis e Fine: 2009, p. 5). Ao longo dos últimos três séculos, o trabalho sempre foi executado pela maioria da população: os camponeses e artesãos, na época pré-capitalista, aos quais se juntou uma nova classe, o proletariado operário, no período capitalista emergente do início do século XIX (Allen, 2019), segmentando-se progressivamente em variadas ocupações com a crescente divisão do trabalho ao longo dos últimos dois séculos. Por se tratar de algo que afecta a maioria da população, importa numa ciência social compreender o contexto e as condições sociais do trabalho no sistema económico vigente, capitalista, mas também conhecer formas alternativas de organização do trabalho que se verificaram muitas vezes em reacção a esse próprio capitalismo. Neste ensaio pretendemos conhecer uma forma de reacção concreta que se iniciou no século XIX: o cooperativismo, a associação de trabalhadores em organizações económicas autónomas e concorrentes das sociedades comerciais capitalistas. Procuraremos primeiro analisar o pensamento económico

---

<sup>1</sup> Ensaio apresentado à unidade curricular História de Economia Política do Doutoramento em Economia Política da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-UL).

<sup>2</sup> e-mail: joao\_fialho@iscte-iul.pt

sobre o trabalho em alguns autores do liberalismo clássico (Adam Smith, Wilhelm von Humboldt, John Stuart Mill) e daí partir para uma discussão da economia política do cooperativismo e suas origens intelectuais: o princípio da cooperação, como síntese entre o pensamento liberal e socialista. Discutiremos ainda alguns debates levantados pela história do cooperativismo ao longo do século XIX, nomeadamente sobre a oposição consumo-produção e autonomia-centralização, fazendo uma síntese entre o pensamento económico estudado e a história do movimento cooperativista quanto às implicações para investigação futura.

### **A Economia Política do Trabalho e o Liberalismo Clássico**

A conceção do trabalho tem-se mantido relativamente instável ao longo da história do pensamento económico e a sua evolução é eficazmente retratada por David A. Spencer (2009) em *The Political Economy of Work*. Apesar da instabilidade, Spencer afirma que é predominante a ideia do trabalho como prejudicial ao ser humano, mas como atividade necessária, e que qualquer trabalhador procuraria evitar ou minimizar o trabalho. Surge dentro dessa ideia um debate sobre a necessidade de diminuir os aspetos negativos desse fardo e melhorar as suas condições, de forma a mitigar o seu “mal” inerente. Olharemos agora para o pensamento de alguns filósofos liberais que demonstravam uma mesma preocupação pela importância da liberdade no trabalho como forma de mitigação.

#### **Adam Smith contra a Economia Política do Trabalho Mercantilista**

Na perspetiva do pensamento económico vigente até ao século XVIII vingava a noção de que a ameaça de pobreza e de uma vida de miséria seriam importantes incentivos para que as classes mais baixas trabalhassem, acrescentando-se a isso o medo de que qualquer aumento de salários levasse a uma diminuição das horas trabalhadas e a um aumento do ócio e alcoolismo por parte de trabalhadores que tinham “horizontes materiais muito baixos” e que seriam “indiferentes a alterações de salários” (*Ibid.*:10).<sup>3</sup> Spencer chama a essa perspetiva a doutrina mercantilista do trabalho e identifica o paradoxo de que apesar dos mercantilistas reconhecerem que são os trabalhadores quem cria o valor da nação estes acharem também que o trabalho não deveria ser

---

<sup>3</sup> tradução da responsabilidade do autor deste artigo, como para todas as restantes citações

remunerado proporcionalmente a essa contribuição, dado que quanto mais baixos fossem os custos de trabalho, maior seria a riqueza da nação. Daí adviria a necessidade de se manterem os salários baixos e assim aumentar a riqueza nacional, além do efeito disciplinador sobre os trabalhadores já mencionado. Deve-se notar que este argumento não está totalmente desprovido de sentido se se considerar que a riqueza da nação é representada pela riqueza das classes que a dominam, algo que viria a ser reconhecido mais explicitamente pelo filósofo e pai da Economia Política, Adam Smith, na sua obra-prima *A Riqueza das Nações* (1976) e nas suas *Palestras sobre Jurisprudência* (1978):

O Governo Civil, na medida em que é instituído para a segurança da propriedade, é na realidade instituído para a defesa dos ricos contra os pobres, ou daqueles que têm alguma propriedade contra aqueles que não têm nenhuma (Smith, 1976:715).

As leis e o governo podem ser considerados neste e, na verdade, em todos os casos como uma combinação dos ricos para oprimir os pobres, e preservar para si próprios a desigualdade dos bens que seriam de outro modo destruídos pelos ataques dos pobres (Smith, 1978:208 *apud* Gilbert, 1997).

Escolhemos este ponto de partida pois ajuda-nos a compreender como a interpretação do trabalho pelo pensamento económico está inevitável e intimamente ligada a considerações sociais de poder e de domínio de umas classes sobre outras.

É então em reação à doutrina mercantilista que Adam Smith defendia um aumento dos salários e a melhoria das condições dos trabalhadores, tanto por questões morais como económicas. Smith inicia na *Riqueza das Nações* uma detalhada análise da atuação das classes dominantes e do efeito “pernicioso” que esta teria no trabalho, nas suas condições e remuneração. Smith alegava que a principal causa do aumento dos custos seria os lucros elevados dos comerciantes e fabricantes, e não os salários, pois o aumento daqueles funcionaria como juros compostos e o dos salários apenas como juros simples (Smith, 1976:114-115). Mas os mercadores conseguiriam manter os salários baixos e assim aumentarem os lucros por, no fundo, terem capacidade de exercer mais poder, em conluio, do que a classe trabalhadora:

Os mestres, sendo menos numerosos, podem combinar com muito maior facilidade, [...] em todas estas disputas, os mestres podem aguentar muito mais tempo [...] os mestres estão sempre e em todo o lado numa espécie de combinação tácita mas constante e uniforme. (*Ibid.*:83-84)

Os nossos mercadores e mestres-manufaturadores queixam-se muito dos maus efeitos dos altos salários no aumento dos preços, dessa forma diminuindo as vendas dos seus bens tanto no país como no estrangeiro. Não

dizem nada sobre os maus efeitos dos lucros elevados. Mantêm-se silenciosos quanto aos efeitos perniciosos dos seus próprios proveitos. Queixam-se apenas dos proveitos de outras pessoas (*Ibid.*:115).

Novamente, encontramos aqui o reconhecimento que o trabalho não existe independentemente das relações sociais e de poder na sociedade e Smith menciona repetidamente a injustiça do maior poder dos mestres face aos trabalhadores. É então não apenas por razões económicas, mas também morais, que Smith defendia um aumento dos salários, argumentando que isso levaria a uma maior produtividade e rejeitando a lógica mercantilista da preguiça. Como diz Spencer, “Smith argumentava que o ócio frequentemente observado nos trabalhadores era largamente resultado dos seus anteriores esforços enquanto trabalhavam” (Spencer, *Op. cit.*:18), demonstrando mais uma vez a compreensão de que a aversão ao trabalho não é independente do seu contexto social e organizativo. Curiosamente, Spencer refere uma suposta contradição em Smith quando este diz que os pobres sentem “ódio ao trabalho e amor à facilidade e ao divertimento”, paixões que os levariam a invadir e desrespeitar a propriedade privada. Spencer não explica, todavia, que Smith usava essa imagem num argumento contra a “grande desigualdade” provocada pela propriedade privada (“grande propriedade”) (Smith, *Op. cit.*:709) e que essas paixões não existiriam numa sociedade igualitária, anterior à acumulação de propriedade e, portanto, com poucos incentivos para a violência. Torna-se, portanto, claro que o “ódio ao trabalho” e o “amor à facilidade e ao divertimento” devem ser interpretados num contexto de grande desigualdade, em que o trabalho está subordinado à propriedade. Spencer repete a sua ideia, dizendo que Smith acreditava que a humanidade tendia maioritariamente para o ócio, por ter escrito “é do interesse de cada homem viver *as much at his ease as he can*”. Mas essa frase não é de todo inconsistente com um amor ao trabalho, desde que seja “*at his ease*”, ou seja à sua vontade, discrição, e sob o controlo, do próprio trabalhador que, nessas circunstâncias, pode perfeitamente querer e apreciar trabalhar. Concluimos então que é a conceção do trabalho como um fardo que é posta em causa e não se trataria então apenas de melhorar a sua remuneração, mas de questionar a sua organização e controlo. Esta interpretação sai, aliás, reforçada se olharmos para os comentários de Smith sobre a divisão do trabalho, que dizia tornar o trabalhador “tão estúpido e ignorante quanto é possível uma criatura humana tornar-se” (*Ibid.*:782). Apesar de se centrarem no contexto de uma obra que tentava explicar o funcionamento e eficiência de um sistema económico baseado em mercados e em incentivos individuais, estes comentários indicam uma clara consciência tanto da

injustiça da assimetria de poder inicial numa sociedade de mercados, como dos efeitos perversos que estes teriam na propensão natural humana à “simpatia”.<sup>4</sup>

### **John Stuart Mill**

Uma figura que pode talvez ser considerada das mais centrais no pensamento liberal clássico, o filósofo e economista político inglês John Stuart Mill, partilhava em muitos aspetos a visão de Adam Smith sobre o impacto do sistema económico capitalista na maioria da população, os trabalhadores. Como afirma Spencer, Stuart Mill reconhecia que a tal inovação tecnológica que permitira a crescente divisão de trabalho do início do século XIX, teria apenas permitido “a uma maior parte da população viver a mesma vida de labuta e de aprisionamento” (*apud* Spencer, 2009:27). Admitia ainda que a explicação para esse resultado degradante para os trabalhadores se encontrava nas condições sociais do trabalho subordinado a uma classe dominante de proprietários industriais:

Um operador fabril tem menos interesse pessoal no seu trabalho do que um membro de uma associação Comunista dado que ele não está, como aquele, a trabalhar para uma sociedade da qual faz parte enquanto membro. (*apud* Spencer, *Op. cit.*:28)

A generalidade dos trabalhadores neste e na maioria dos outros países, tem tão pouca escolha de ocupação ou liberdade de locomoção, estão praticamente tão dependentes de regras fixas e da vontade de outras pessoas, como estariam em qualquer sistema de escravidão efetiva (*Loc. cit.*).

As restrições do Comunismo seriam liberdade quando comparadas com a presente condição da maioria da raça humana (*Loc. cit.*).

Na sua obra central sobre economia política, *Principles of Political Economy*, Mill (1987) tem sobre Adam Smith a vantagem de escrever sobre um capitalismo já estabelecido e de assim conseguir aprofundar a análise sobre a dinâmica de classes que o filósofo escocês já descrevera. Mill dedicara um capítulo à discussão do futuro da classe trabalhadora (*Ibid.*:752-794) num sistema que a oprimia e aí identificava a desigual distribuição de poder das classes:

Não reconheço como justo ou saudável, um estado de sociedade em que existe qualquer «classe» que não trabalha; quaisquer seres humanos isentos de suportar a sua quota-parte dos trabalhos necessários à vida

---

<sup>4</sup> Sobre o conceito de “simpatia” ver Smith, “Of Sympathy” em *Theory of Moral Sentiments*, 1759

humana, exceto aqueles incapazes de trabalhar ou que adquiriram o direito ao descanso pelo trabalho realizado anteriormente (*Ibid.*:753).

E repetia a interpretação de Smith sobre as classes dominantes:

Todas as classes privilegiadas e poderosas têm usado, enquanto tal, o seu poder no interesse do seu próprio egoísmo e satisfizeram a sua presunção ao desprezar, em vez de cuidar carinhosamente deles, aqueles que eram, na sua maneira de ver, degradados por estarem sob a necessidade de trabalhar para o seu benefício (*Ibid.*:754).

Se a assimetria de poder era injusta e constituía a causa de relegação da classe trabalhadora a uma vida de “labuta e aprisionamento”, compreende-se a conclusão de que o ideal das liberdades individuais como princípio orientador da ação política, tão bem defendido por Stuart Mill (1859) dez anos mais tarde em *On Liberty*, resultaria apenas quando aplicado à grande maioria dos seres humanos, a massa da população trabalhadora:

As nações modernas terão de aprender a lição que o bem-estar de um povo tem de existir através da justiça e do auto-governo, a δικαιοσύνη [dikaision, ie. justiça] e σωφροσύνη [sophrosyne, i.e. prudência, sensatez], dos cidadãos individuais (*Ibid.*:754).

A conclusão é simples: um trabalhador sem poder de decisão sobre o trabalho, o seu objeto, as suas condições, a sua quantidade, a sua organização ou sua execução, não é livre.

### **Wilhelm von Humboldt**

Esta extensão do princípio liberal à maioria da população pode bem parecer uma evidência para aqueles que o apregoam como valor norteante da sociedade humana. Se assim é, fica legitimamente levantada a suspeita de que uma sociedade liberal parece requerer a emancipação dos trabalhadores. Mas conseguimos corroborar esta tese melhor ainda se olharmos para o que tinha a dizer sobre o assunto um dos primeiros pensadores liberais, que teve uma importante influência em J.S. Mill, Wilhelm von Humboldt.<sup>5</sup> Quem nos sugere fazê-lo é Noam Chomsky, numa aula pública que deu em 1970 e que foi subseqüentemente publicada, intitulada *Government in the future* (1970). Humboldt (1969), um diplomata prussiano mas também linguista e filósofo do século XVIII, defendia em *The Limits of State Action* a liberdade do indivíduo frente ao Estado.<sup>6</sup> Usava argumentos que, mais uma vez, recorriam à imagem do ser humano como um trabalhador, neste caso de entre “camponeses e artesãos”,<sup>7</sup> que teria o potencial de se tornar num artista se

---

<sup>5</sup> Sobre essa influência ver a introdução do editor em Humboldt, 1969 [ed. original 1852]

<sup>6</sup> Publicado originalmente em 1852, mas escrito provavelmente entre 1790-1792

<sup>7</sup> Relembrando-nos, mais uma vez, que os argumentos avançados surgem numa era pré-capitalista

o trabalho que executava para superar os obstáculos da vida fosse feito de “livre vontade” e guiado pelo seu desenvolvimento interno (*Ibid.*:27). Este aspeto criativo da liberdade individual é expresso ainda melhor quando Humboldt diz:

O que quer que seja que não nasça da livre escolha de um homem, ou que seja apenas resultado de instrução e orientação, não entra no seu próprio ser, pelo contrário mantém-se alheio à sua verdadeira natureza; ele não aplica o seu desempenho com energias verdadeiramente humanas, mas apenas com exatidão mecânica (*Ibid.*:28).

Como salienta Chomsky, é interessante notar as semelhanças desta imagem com o que seria mais tarde chamada a *teoria da alienação*, desenvolvida por Karl Marx, e um dos principais argumentos do marxismo contra a injustiça da subordinação do trabalhador ao capitalista. Segundo Marx,

a alienação do trabalhador [ocorre] quando o trabalho lhe é externo, e não parte da sua natureza, de modo que ele não se preenche no seu trabalho, pelo contrário nega-se a si próprio e é fisicamente esgotado e mentalmente rebaixado. Este trabalho alienado [...] lança uma parte dos trabalhadores de volta a um tipo de trabalho bárbaro e torna os outros em máquinas, dessa forma privando o homem do seu carácter de espécie, o da atividade livre e consciente e da vida produtiva (*apud* Chomsky, 1970:3).

Existe por isso um paralelo inegável entre o ideal liberal clássico de liberdade individual e a necessidade de emancipação do trabalhador no sistema capitalista. Na secção seguinte, discutimos a realização dessa emancipação através do cooperativismo enquanto associação de trabalhadores livres da autoridade dos capitalistas.

## **Parte II: O Cooperativismo de Trabalho como Emancipação**

### **Liberalismo, Marxismo e Cooperativismo**

Tendo em conta as críticas de algumas das figuras liberais mais importantes ao trabalho no capitalismo, ou seja, a importante análise sobre os efeitos alienantes da divisão do trabalho, por um lado, e da subordinação dos trabalhadores perante a classe dos proprietários industriais e rurais, por outro, surge o associativismo de trabalhadores como uma evidente solução para o problema. Por um lado, nenhum trabalhador consegue trabalhar de forma independente e concorrer com um sistema em que a divisão de trabalho multiplicou a produtividade. Por outro lado, renunciar à subordinação significa aceitar uma forma de associação igualitária, a cooperação. O cooperativismo é, por isso, a associação de trabalhadores em igualdade e em autonomia para responder às necessidades materiais e económicas concretas que enfrentam.

## *Liberalismo e Cooperativismo*

O pensador liberal que mais explicitamente defendeu o cooperativismo como forma de emancipação dos trabalhadores foi John Stuart Mill. No capítulo já mencionado sobre o futuro da classe trabalhadora, Mill afirmava a inevitabilidade de uma transição do sistema capitalista para um sistema de “associação de trabalhadores entre si”, por via de uma progressiva “parceria” entre capitalistas e trabalhadores até que não restassem mais capitalistas (Mill, *Op. cit.*:764). Essa associação deveria ter por base a “igualdade e propriedade coletiva do capital necessário para as suas operações”, o que seria aplicado através de métodos democráticos na seleção e remoção de gestores (*Ibid.*:773). Mill usa então vários exemplos tirados da história do cooperativismo para suspeitar de uma maior resiliência e produtividade deste tipo de organização do trabalho (*Ibid.*:765-788). O argumento chave é o do alinhamento entre o executor do trabalho (trabalhador) e o interesse direto, via remuneração, pela produtividade desse trabalho. As cooperativas seriam mais produtivas em consequência direta de serem controladas pelos trabalhadores, aqueles que melhor percebem os processos de produção por lidarem com eles quotidianamente e por serem os principais interessados nessa produtividade. A solução do problema do trabalho subordinado apareceria assim, de um ponto de vista da evolução histórica, com a socialização, sob o controlo de todos os trabalhadores da empresa, do capital “por algum processo espontâneo” que resultaria do interesse conjunto de trabalhadores e capitalistas em aumentar a produtividade. Nesse cenário, e acrescido ao facto de, segundo Mill, os capitalistas preferirem a harmonização das relações sociais ao conflito de classe, o melhor cenário possível seria estes emprestarem o seu capital às cooperativas, a taxas de juro progressivamente mais baixas, até optarem por uma anuidade fixa com a qual poderiam dar azo à sua preferência pelo lazer. A crescente generalização de cooperativas levaria a que mais nenhum trabalhador aceitasse trabalhar enquanto assalariado e assim desapareceriam as últimas empresas capitalistas (*Ibid.*:791). O argumento da produtividade acrescida dos trabalhadores independentes resultante do interesse direto pelo trabalhador já tinha sido também mencionado por Adam Smith (*Op. cit.*:101). Visto que as cooperativas não são a forma empresarial predominante hoje em dia, podemos perguntar-nos: em que parte da análise se enganou Mill? Dada a violência e repressão na história do movimento operário, que mais à frente



apresentaremos, a alegada “preferência dos capitalistas pela harmonização das relações sociais ao conflito de classe” parece-nos, no mínimo, um pressuposto dúbio.

Mas as cooperativas teriam um efeito muito mais profundo para a humanidade do que esse aumento de produtividade. O alargamento a toda a economia deste sistema de produção combinaria, segundo Mill, as vantagens da produção em escala, permitida pelo capital socializado e cooperação generalizada, com a “liberdade e independência do indivíduo” de qualquer relação de subordinação a outra classe de indivíduos (Mill, *Op. cit.*:791). Essa consequência realizaria as “melhores aspirações do espírito democrático” e seria a melhor “aproximação à justiça social e o mais benéfico ordenamento dos assuntos industriais para o bem universal” imagináveis naquele momento (*Loc. cit.*).

Outros exemplos de pensadores liberais que partilhavam destas ideias incluem John Rawls (1971), o filósofo político do século XX, que terminava a sua *Teoria da Justiça* com uma proposta de sociedade baseada na “democracia de proprietários”, algo que seria inteiramente compatível com o cooperativismo antevisto por Mill (White, 2017). A preocupação pelo efeito transformador de devolver aos trabalhadores o controlo dos processos de decisão nas suas atividades era ainda partilhado por Alfred Marshall, outro economista liberal fundador da escola neoclássica, que pretendia aprofundar a análise matemática dos argumentos da economia política. Bebendo também fortemente do liberalismo clássico, Marshall (1925) era defensor das cooperativas como forma, acima de tudo, de educação para a classe trabalhadora. Reconhecia que ao longo do século XIX as cooperativas não tinham tido o sucesso generalizado esperado por John Stuart Mill mas identificava a causa do insucesso na falta de educação em gestão económica por parte dos trabalhadores (*Ibid.*). Defendia que as “associações [de trabalhadores] entre homens tão altamente educados como os fabricantes de agora” teriam certamente sucesso (*Ibid.*:114).

A conclusão é que numa sociedade industrial de produção agregada e massificada a forma de emancipação do trabalhador que o liberalismo defende só pode ser obtida pela livre associação de trabalhadores, algo que se realiza nas cooperativas de trabalho. Fizemos esta recensão do cooperativismo como conclusão do pensamento liberal aplicado ao trabalho pois essa ligação é muitas vezes esquecida, privilegiando-se a associação da ideia cooperativa com o socialismo, marxista ou utópico. Falaremos desse socialismo utópico e das suas ligações à origem do cooperativismo. Mas importa antes disso olhar para o marxismo e perceber a sua complexa relação com o cooperativismo, algo também geralmente mal compreendido.

## *Marxismo e Cooperativismo*

Talvez a mais conhecida das tradições intelectuais que defende uma emancipação dos trabalhadores do sistema económico capitalista seja a do Marxismo. Todavia, é amplamente difundida a ideia de que o marxismo propõe essa emancipação através da conquista do poder de Estado pelo proletariado e o cooperativismo é apenas visto como uma questão prática secundária ou transitória de implementação do controlo operário na sociedade já controlada pelo proletariado (Garrido e Pereira, 2018:44). Jossa (2005), todavia, propõe uma interpretação diferente da perspectiva de Marx sobre o poder transformador das cooperativas, enquanto forma de emancipação em si. Para tal, recorre a vários textos onde Marx apresenta comentários positivos sobre as cooperativas, nomeadamente sobre o poder demonstrativo dessas experiências:

Falamos do movimento cooperativo, especialmente das fábricas cooperativas fundadas pelos esforços, sem assistência, de algumas “mãos” ousadas. O valor destas importantes experiências sociais não pode ser sobrestimado. Pela ação, em vez do argumento, mostraram que a produção em larga escala, e em consonância com as exigências da ciência moderna, pode ser levada a cabo sem a existência de uma classe de mestres empregadores de uma classe de “mãos” (Marx, 1864:11 *apud* Jossa, 2005:4).

As cooperativas provavam assim que a superação do domínio do trabalho pelo capital era possível e em larga escala. O poder transformativo das cooperativas ainda dentro do próprio sistema capitalista foi reconhecido também no terceiro volume do *Capital* (Marx, 1894), apesar das críticas aí enunciadas que este sistema cooperativista pragmático reproduziria necessariamente os defeitos de classe do sistema anterior que o alberga. Verifica-se nesse processo, todavia, o início da abolição da oposição trabalho-capital, tornando os trabalhadores nos “seus próprios capitalistas” (Marx, 1894:571-572 *apud* Jossa, 2005:5). Mas isso seria um exemplo típico de desenvolvimento de um “novo modo de produção” num “determinado estado de desenvolvimento das forças de produção, das formas sociais de produção correspondentes” (*Loc. cit.*). Marx via assim as cooperativas como uma forma de transição entre o modo de produção capitalista e o modo de produção seguinte, socialista, por estas alargarem a democracia política reivindicada à esfera económica. Apesar da reprodução das “injustiças” do sistema capitalista se prender com a manutenção do sistema de mercados que obrigaria os trabalhadores a acumularem capital e por isso a explorarem-se a si próprios, a “valorizarem o seu

próprio trabalho”, esse seria um passo para um eventual sistema cooperativista generalizado que resolvesse os antagonismos de mercado (*Loc. cit.*).

Marx salientava, no entanto, que as cooperativas deveriam ser independentes do Estado e resultar dos “próprios esforços dos trabalhadores”. Rejeitava assim qualquer programa de apoio ou financiamento do Estado para a criação de cooperativas pois em nada levariam à transformação do modo de produção, dado que as relações sociais de produção não poderiam ser estabelecidas por “decreto” legal (*Ibid.*:8). A sua independência, enquanto própria força social de emancipação pelos trabalhadores, é que tinha valor transformador. Um sistema cooperativista independente do Estado era, por isso, a realização do que Marx chamava “comunismo possível”, a realização concreta e material da associação e liberdade do trabalhador (*Ibid.*:6). Jossa atribui o fraco interesse subsequente do marxismo pelo cooperativismo como emancipação dos trabalhadores, em parte, ao fracasso de uma parte importante do movimento cooperativista no final do século XIX, incluindo o esmagamento violento da Comuna de Paris e uma viragem para o associativismo de consumo em vez do de trabalho ou de produção, como veremos mais à frente. Encontra ainda outra causa nos escritos de Kautsky e Lasalle e no foco que estes deram à necessidade de conquista do poder político, do Estado, até para apoiar o movimento cooperativista,<sup>8</sup> assim como na decisão dos Bolsheviques, uma vez conquistado esse poder, em preferirem um sistema de empresas controladas hierarquicamente pelo Estado a um sistema de cooperativas coordenadas por concelhos de trabalhadores autónomos.<sup>9</sup> Propõe ainda como causa desse desinteresse o desenvolvimento tardio de uma teoria económica ortodoxa para um sistema de empresas cooperativas, algo que só viria a ser pensado a partir de 1958, por Benjamin Ward, e posteriormente desenvolvido por Jaroslav Vanek (1970), com a teoria da empresa sob controlo operário (*Labour-Managed Firm*, LMF). Sobretudo, Jossa defende que a distinção feita por Vanek entre empresas auto-geridas pelos trabalhadores (*Workers-Managed Firm*, WMF) e empresas sob controlo operário (LMF) quanto à origem do financiamento (auto-financiada, no primeiro caso, e “alugando” capital externo, no segundo), possibilita a consistência entre marxismo e cooperativismo, por reconhecer que, à diferença da WMF, a LMF inverte a relação trabalho-capital do capitalismo.

---

<sup>8</sup> Algo a que Kautsky (1910 [1892]) chamou uma Comunidade Cooperativa (*Co-operative Commonwealth*)

<sup>9</sup> Para mais detalhes sobre a história dos bolsheviques contra os soviets ver Brinton, 1975

Vista a consistência do cooperativismo tanto com o liberalismo como com o marxismo, passamos então para uma análise do desenvolvimento histórico concreto do cooperativismo, antes de discutirmos brevemente, na última secção desta parte, as implicações dessa história para a economia política do trabalho discutida anteriormente.

### **História e Desenvolvimento do Cooperativismo no Movimento Operário**

#### *Pensamento Cooperativista*

Para compreender a origem do movimento cooperativista é necessário contextualizar o seu surgimento: as primeiras experiências cooperativas isoladas deram-se no final do século XVII e o movimento ganhou substância a par da expressão do movimento operário em geral, durante a primeira metade do século XIX (Zamagni, 2017). Esse contexto intelectual que originou o cooperativismo é geralmente apelidado de socialismo utópico. Frente à evidência dos claros efeitos negativos nas condições de trabalho e de vida da população trabalhadora no capitalismo emergente, o *zeitgeist*, a par da crítica ao sistema vigente, era de idealização de sociedades alternativas, de experiências mentais. Thomas Moore escrevera já em 1516 o livro *Utopia*, no qual idealizava uma sociedade igualitária, mas sobretudo um mundo diferente do existente como uma possibilidade alternativa real. O socialismo embrionário da revolução industrial é por isso utópico nesse sentido de imaginação, mas também de experimentação, sem o sentido pejorativo da palavra “utopia” que posteriormente lhe ficou associado.<sup>10</sup> É por isso compreensível que tenha sido em França, onde os ideais da liberdade, igualdade e fraternidade da revolução de 1789 haviam sido frustrados, que ele mais se tenha manifestado (Pezzini e Girard, 2018:57-58). Nesse caldeirão de possibilidades, o cooperativismo teve as suas origens nos seguidores do Saint-simonismo, a visão do Conte Henri de Saint Simon de uma sociedade controlada pelos trabalhadores de diferentes sectores e profissões, organizados segundo princípios científicos (Patmore & Blanave, 2018:38). Um dos primeiros pensadores dessa escola foi Charles Fourier, com o conceito de falanstério, que seria a unidade de produção de base da sociedade socialista ideal, detida e autogerida pelos trabalhadores e onde todas as necessidades da vida em comunidade seriam satisfeitas (Spencer, *Op. cit.*:37). Phillipe Buschez foi outro discípulo de Saint-Simon que se dedicou a implementar cooperativas, tendo até inventado o conceito de

---

<sup>10</sup> Experimentação essa que é uma componente importante do “método científico”, curiosamente.

cooperativa de produção, ou de trabalho, cuja necessidade a que pretendia responder era o trabalho em si, independente de capitalistas (Pezzini e Girard, *Op. cit.*:58). Mas o mais influente de todos os pensadores a emergir do socialismo utópico francês talvez tenha sido Pierre-Joseph Proudhon. Proudhon (1840) apresentara primeiro um panfleto, *Qu'est-ce que la Propriété?*, onde procurava provar a injustiça inerente da propriedade privada de terrenos e recursos produtivos e sobre essa base desenvolveu uma proposta de um sistema de trocas mútuas entre associações de trabalhadores ou cooperativas, que se juntariam voluntariamente, em autogestão e fora de qualquer controlo do Estado, ao qual chamou mutualismo.

Em Inglaterra, o berço da revolução industrial, a combinação de dois pensadores e ativistas muito carismáticos e influentes impulsionou fortemente o movimento cooperativista que já se iniciara no início do século XIX. Eram eles Robert Owen e William King (Patmore e Balnave, *Op. cit.*:31-40). Owen tornara-se proprietário industrial pelo casamento com a filha de um industrialista e geria uma fábrica em New Lanark, na Escócia. Foi nessa qualidade de gestor fabril que decidiu implementar políticas de remuneração e condições de trabalho generosas, ficando conhecido como filantropo. Estava convencido de que boas condições de trabalho eram fundamentais para a formação e desenvolvimento pessoal dos trabalhadores. Por muito positivo que pudesse ter sido o efeito das suas ações nos trabalhadores, não se tratava de cooperativismo. Todavia, Owen começou a propagar a ideia de altos salários e boas condições materiais para os trabalhadores nos seus planos de redes de “aldeias cooperativas”, que seriam criadas de raiz e autogeridas pelos trabalhadores, com o bem-estar destes como fim em si. Fundou algumas dessas “comunidades intencionais”, como foi disso exemplo New Harmony, no Indiana, nos Estados- Unidos. A comunidade não durou mais de 3 anos mas as ideias e experiências de Owen propagaram-se através de várias publicações e também pelo ativismo incessante do próprio. William King, por sua vez, era um médico que formou várias organizações de trabalhadores em Brighton na década de 1820 e, influenciado por Owen, fundou um movimento socialista cristão que apelava aos trabalhadores para se associarem na criação de lojas cooperativas. King era mais pragmático do que Owen e não acreditava que era necessária a criação de novas comunidades cooperativas de raiz. Achava que o cooperativismo podia ser diretamente implementado em pleno capitalismo, transformando-o por dentro, através da concorrência entre cooperativas e sociedades capitalistas.

### *Breve história da origem das cooperativas*

É difícil dizer quais foram as primeiras cooperativas pois o conceito cooperativista de associações entre iguais para suprir necessidades materiais ou económicas, parece ser um comportamento humano de sobrevivência básico, o “apoio mútuo”, como defendia Kropotkin (1902). Alguns autores identificam o aparecimento das primeiras cooperativas no final do século XVIII (*Ibid.*:36-37), muitas vezes como resultado de necessidades diretas, como protestos contra a escassez alimentar ou períodos de greve, e em modos de associação cooperativa variados. Mayo (2017) traça um caminho que vem desde o conceito romano do *collegia*, as primeiras associações, passando pelas *guildas* medievais,<sup>11</sup> às *friendly societies* inglesas dos séculos XVI e XVII.<sup>12</sup> Mas à medida que se vai consolidando o poder emergente capitalista no final do século XVIII e início do século XIX surgem protestos e movimentos de trabalhadores progressivamente mais organizados no país onde a revolução industrial levava o seu maior avanço, a Inglaterra.<sup>13</sup>

Um dos primeiros exemplos de protestos de trabalhadores foi o dos Luditas, que face à escassez alimentar, fraca remuneração e terríveis condições de trabalho trazidas pela implementação de nova tecnologia, vandalizavam máquinas de produção como forma de protesto durante as primeiras duas décadas do séc. XIX. Esse movimento fora fortemente reprimido pelo Estado inglês, incluindo a instauração da pena de morte para os trabalhadores que vandalizassem maquinaria de produção. Durante a segunda década, o Owenismo ganhara expansão significativa e verificou-se a primeira onda de cooperativas, associada à criação de uma série de associações sindicais que duraria até aos anos 30, década que viu uma forte recessão económica e que levaria à chamada “*hungry forties*” da década seguinte (Cole, 1944). Mas terá sido esse fervor popular que levou ao movimento *Cartista*, um movimento de trabalhadores e populações mais pobres que durou entre as décadas de 1830 e 1860 e pretendia uma carta de direitos políticos fundamentais para a população (*Ibid.*:36-37), incluindo o sufrágio universal masculino (pela abolição do requisito de propriedade e introdução do voto secreto). O *cartismo* conseguiu reunir apoios de várias regiões de Inglaterra, organizar inúmeras associações de trabalhadores para exigir a discussão da sua petição no parlamento britânico e participar em

---

<sup>11</sup> Corporações ou associações profissionais

<sup>12</sup> As primeiras mutualidades

<sup>13</sup> Falaremos brevemente também do exemplo francês, salientando uma importante diferença em relação ao inglês.

diversas manifestações, culminando a primeira onda cartista na insurreição do *Newport Rising*, em novembro de 1838, e na sua violenta repressão pelas tropas britânicas (Patmore e Balnave, *Op. cit.*:29). As ondas subsequentes foram igualmente reprimidas, sem que se implementassem as reivindicações do movimento. Foi neste ambiente de forte agitação e organização social popular, que um pouco por toda a Europa se verificava desde o início do século e que culminou nas revoluções de 1848, que se davam inúmeras greves e que, em consequência disso, se formavam cooperativas. Em 1820, William King formou uma cooperativa de consumo em Brighton e em 1830 já existiam 300 cooperativas em Inglaterra. O modelo expandiu-se no que é conhecido como a primeira onda cooperativa em Inglaterra, muito graças ao trabalho de divulgação de Robert Owen. Mas muitas cooperativas acabariam por desaparecer frente à crise económica e às repressões, tanto por parte do Estado como dos capitalistas, dos anos 30 e 40 (Pezzini e Girard, *Op. cit.*:71-72). Em 1844, precisamente na sequência de uma greve de tecelões, foi fundada a *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (RSEP), uma cooperativa de seguidores de Owen que abriu uma loja para abastecimento dos trabalhadores tecelões (Patmore e Balnave, *Op. cit.*:41). A cooperativa incluía na sua missão a construção de casas, produção de bens e exploração agrícola, sempre em favor dos seus membros. A loja inovava em relação a outras experiências cooperativas ao distribuir um dividendo no final do ano com base nas compras dos membros, mantendo assim os preços ao nível do mercado mas assegurando a lealdade dos membros. À medida que foi expandindo o número de membros e acumulando capital, a RSEP começou a integrar-se verticalmente, adquirindo sociedades de produção e moagem de milho, construção de casas e tecelagem. Essas cooperativas “de produção” não eram cooperativas de trabalho controladas pelos seus trabalhadores, mas sim propriedade da cooperativa inicial. A RSEP é tida como precursora do movimento cooperativista e a verdade é que foi esse modelo, de uma cooperativa retalhista que acumula capital para responder às necessidades dos seus membros através da integração vertical ou controlo de mercado, hoje conhecido como cooperativa de consumo, que foi reproduzido por toda a Inglaterra. Acabaria por se consolidar com a criação da *Cooperative Wholesale Society* (CWS), em 1863, uma cooperativa de comércio a grosso de segundo grau, ou seja constituída por outras cooperativas, incluindo a RSEP, que pretendia centralizar as compras e reduzir os custos de distribuição das cooperativas. Com esse acontecimento e com a vantagem de mercado trazida por essa consolidação, as cooperativas de trabalho, mais autónomas e de pequena escala, perderam bastante peso em Inglaterra, apesar

de algumas se terem associado em federações. A CWS continuaria a sua expansão até pela internacionalização, apoiando-se no império britânico e adquirindo sociedades de produção na Índia, em Ceilão, na Dinamarca e na Sierra Leoa, por exemplo.

Em França, a primeira onda de cooperativas tinha surgido nos anos 1830, graças aos esforços de Louis Blanc, um socialista utópico que idealizara com Buschez a cooperativa de trabalho. Os membros dessas cooperativas eram os próprios trabalhadores, muito por questões ligadas ao contexto político que, no rescaldo da desintegração das formas de associação solidárias que surgiram na revolução de 1789, proibia as associações profissionais (Pezzini e Girard, *Op. cit.*:57-58). As cooperativas de trabalho (ou de produção, como lhes chamava Blanc) seriam uma forma de contornar essa proibição. Essa primeira onda durou até à revolução de 1848, depois da qual foi até apoiada por financiamento do Estado, num programa liderado por Phillipe Buschez. Essa segunda onda acabaria por durar apenas 3 anos, sofrendo um congelamento de financiamento e repressão do Estado, após o golpe de Louis Bonaparte. Mais tarde, Charles Gide voltava a propor uma completa transformação da sociedade segundo linhas de cooperação mas na sua vertente de consumo e integração vertical, naquilo a que chamava uma “República Cooperativa” (Patmore e Balnave, *Op. cit.*:92).

Pelo resto da Europa o modelo predominante variava de país para país, respondendo às realidades sociais e económicas concretas de cada região, desde cooperativas de crédito na recém-criada Alemanha, a cooperativas agrícolas e de produção de leite na Dinamarca.

O movimento prosseguiu a sua expansão a nível internacional pela criação da Aliança Cooperativa Internacional, em 1895, fortemente dominada pela CWS e, por isso, pela vertente de consumo do cooperativismo.

### **Debates Históricos e Contemporâneos do Associativismo de Trabalho**

A história da origem do cooperativismo que relatámos, tanto da economia política que a sustenta como a sua realização concreta, levanta algumas questões que importa discutir para reflexão sobre o que significa o movimento no contexto capitalista.



## *Consumo versus Produção*

Como vimos, a RSEP não foi a primeira cooperativa a aparecer e beneficiou das várias décadas de experiências cooperativas que a precederam. O facto é que nela se verificou um novo e duradouro modelo, o da cooperativa de consumo. Esta forma de associação de trabalhadores difere da resposta apontada na análise do liberalismo ou do marxismo sobre o trabalho e sua possível emancipação. As cooperativas de consumo pretendiam de certa forma aliviar as precárias condições materiais em que se encontrava grande parte da classe trabalhadora através do acesso direto aos bens e serviços necessários. Dito de outra forma, é a oposição do mercado, entre capitalistas e consumidores, que esta forma de cooperativas procurava resolver. A imagem de trabalhadores como seus próprios capitalistas talvez ganhe maior sentido neste caso, num sentido lato. No fundo, estas cooperativas permitiam aos trabalhadores acumularem algum capital através dos mesmos mecanismos de valoração das sociedades capitalistas comerciais, ou seja, os trabalhadores destas cooperativas, os que nelas trabalhavam, estavam subordinados às decisões de produção e gestão dos seus membros, que não eram trabalhadores dessa unidade de trabalho. É certo que este tipo de organização económica é mais democrático do que a sociedade capitalista de acionistas ou sócios, por reconhecer e aplicar o princípio de “um membro, um voto” (ICA, 2020). Mas não abole a oposição entre trabalho e capital, algo que Marx considerava necessário para se tratar de uma forma emancipatória de organização do trabalho. O mesmo era reconhecido pelo historiador das cooperativas, G.D.H. Cole:

Começaram a pensar na [RSEP] enquanto Sociedade de Consumidores e a questão sobre se poderia uma Sociedade dessas tornar-se democraticamente empregadora de um grande corpo de [trabalhadores] envolvidos na produção fabril colocou-se de imediato. Não deveriam estes homens e mulheres empregar-se a si próprios e governar os seus próprios assuntos? (Cole, 1944:89)

Por um lado, era precisamente a capacidade de ganhar escala de capital, graças à contribuição de muitos membros, que permitira à sociedade de consumo competir com sociedades capitalistas. Mas essa acumulação de capital teve de ser paga por alguém: os trabalhadores. Poderia o cooperativismo de consumo ser visto como uma fase de cooperativismo, que seria seguida pela democratização do trabalho? O facto de isso não se ter verificado ao longo dos séculos XIX e XX e de, ainda hoje, o *Co-op Group*, por exemplo, herdeiro do legado da CWS, ainda ser uma cooperativa de consumo com trabalhadores assalariados sem qualquer controlo na gestão, parece indicar que não. Já no início desse desenvolvimento se viam indícios de que o

conflito capital-trabalho se mantinha, com as ocorrências irônicas de greves em 1886 e 1892 nas cooperativas de produção da CWS (Patmore e Balnave, *Op. cit.*:79). Ligado a este debate estava também o debate sobre a necessidade de coordenação e a necessária autonomia implícita na democracia. Os cooperativistas que propunham cooperativas de consumo defendiam o controle centralizado pelas federações de cooperativas retalhistas, que a partir do consumo organizassem a produção, subordinando esta às necessidades de consumo. Vemos então um ponto de ligação entre este e outro debate, que discutiremos de seguida: o da centralização ou coordenação em oposição à autonomia ou independência das unidades de produção.

### *Centralização versus Autonomia*

Se a emancipação do trabalhador tem por objetivo a rejeição da alienação resultante da subordinação ao capitalista, coloca-se a questão de como atingir a liberdade não de forma abstrata mas no trabalho social concreto, em sociedade. Vimos que tanto John Stuart Mill como Karl Marx sugeriam a democracia do trabalhador na esfera do trabalho como solução. Mas enquanto o segundo via essas unidades democráticas como parte de um futuro sistema coordenado e planeado de produção, o primeiro mantinha como necessária a concorrência entre unidades de produção, num sistema de mercado como o capitalista, como forma de coordenação “espontânea”. Mill argumentava que ao integrar as considerações dos efeitos negativos da produção no trabalho nas decisões de produção, este sistema de mercado de cooperativas limitar-se-ia a uma “rivalidade amigável na busca de um bem comum a todos” (*apud* Spencer, *Op. cit.*:29). Todavia, grande parte do sucesso das cooperativas de consumo parece ter sido atribuído à sua capacidade de expansão em escala e substituição da intermediação de distribuidores independentes pelo sistema de compras centralizadas. É daí que surge então a discussão entre a necessidade de coordenação para a eficiência do trabalho num sistema de produção agregada e a necessidade de participação democrática autónoma nas unidades de produção.<sup>14</sup> Esta questão foi estudada por um lado no modelo da *Labour-Managed Firm*, que aborda o cenário de Mill de empresas geridas pelos trabalhadores num sistema de mercado

---

<sup>14</sup> É importante lembrar que o conceito de eficiência deve ser bem definido quanto aos custos e benefícios, não se tratando de um conceito absoluto. Neste sistema cooperativista de trabalho, os critérios de benefícios e custos seriam definidos pelos trabalhadores membros das cooperativas e não apenas pelo critério de apropriação de lucro

(Ward, 1958; Vanek, 1970; Dow, 2018). Esta abordagem tem colocado o foco na hipótese de “oportunismo” que resultaria da autonomia de unidades controladas por trabalhadores, ou de “incentivos perversos” deste tipo de organização “individualista”. Mas os problemas da falta de coordenação, de um ponto de vista económico, prendem-se com as insuficiências dos mecanismos de mercado e dos mecanismos de autoridade, ou de hierarquia, e têm gerado propostas que refutariam o suposto oportunismo baseadas no princípio cooperativo como mecanismo de co-ordenação também espontâneo (Borzaga & Tortia, 2017). Trata-se, portanto, de aplicar também o método cooperativo para coordenação entre unidades de produção em combinação com a maximização da autonomia democrática das unidades.<sup>15</sup> Um dos sistemas propostos para resolver essas forças contraditórias é o da federação e confederação de cooperativas. Segundo o princípio da federação, a coordenação é alcançada através da associação de cooperativas numa cooperativa de grau superior que, ao respeitar o princípio cooperativo democrático, o “um membro, um voto”, delega funções de organização da produção e/ou distribuição (segundo a natureza das cooperativas associadas) de “baixo para cima” e não “de cima para baixo”.

### **Conclusão: Repensar o modelo cooperativo para a emancipação económica**

Historicamente, os sistemas económicos generalizados de cooperativas não têm sido muito numerosos ou, pelo menos, têm sido pouco estudados. Mas nos tempos mais recentes, tem-se notado um renovado interesse sobre variadas formas cooperativas de organização económica. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender as origens do cooperativismo, tanto como movimento intelectual tributário das reflexões sobre o trabalho como movimento social emergente da luta política e de classes do século XIX, para melhor interpretar os desenvolvimentos contemporâneos.

Ao longo deste ensaio tentámos identificar as origens intelectuais e históricas desse modelo de organização económica, a partir da perspectiva da economia política do trabalho, nomeadamente do liberalismo clássico e dos socialismos, utópico e marxista, e dos desenvolvimentos históricos de movimentos sociais. Compreendemos nesse processo que pelo valor central no liberalismo clássico da liberdade do ser humano face a qualquer opressão e

---

<sup>15</sup> Esse é, aliás, a essência do 6º princípio cooperativo da ICA, da “intercooperação”

interferência externa, impõe-se a sua aplicação ao contexto do trabalho e do trabalhador individual, sendo possível, por isso, encontrar ligações entre esse liberalismo clássico e os socialismos, que talvez tivessem sido esquecidas. Por um lado, o associativismo afigura-se como única solução da necessidade de emancipação do trabalho para liberais como John Stuart Mill. Por outro lado, salientou-se a importância do conceito de liberdade nos pensamentos socialistas, seja na teoria da alienação como na necessidade da abolição da subordinação do trabalho ao capital, ou ainda da livre iniciativa dos trabalhadores associados em sistemas mutualistas.

Alguns autores como Rudolf Rocker (1989) identificam o anarquismo, como escola de pensamento mas sobretudo como movimento social, como uma síntese entre o socialismo e o liberalismo, ao defender a socialização da propriedade produtiva e o princípio da liberdade e autonomia individual como base da organização social (*Ibid.*:21-24), rejeitando assim a conquista do poder de Estado e a “ditadura do proletariado” exigida pelo marxismo, que reproduziria de imediato os privilégios da classe governante. Independentemente do que se possa chamar a essa síntese, é clara uma preocupação comum quanto ao trabalho, sua natureza e organização social, no liberalismo clássico<sup>16</sup> e nos socialismos do século XIX. Talvez essa ligação possa servir para iluminar a investigação atual e futura sobre as descendências modernas destas escolas de pensamento, pelo menos no que toca à economia política do trabalho.

### Referências bibliográficas

- Allen, Robert C. (2019). "Class structure and inequality during the industrial revolution: lessons from England's social tables, 1688–1867". *Economic History Review*, 72(1), pp. 88-125.
- Borzaga, Carlo., & Tortia, Ermanno C. (2017). "Co-operation as Co-ordination Mechanism", In J. Michie, J. Blasi, & C. Borzaga, *The Oxford Handbook of Mutual, Co-operative and Co-owned Business* (pp. 55-75). Oxford: Oxford University Press.
- Brinton, Maurice (1975). *Os Bolcheviques e o Controlo Operário*. Porto: Afrontamento.
- Chomsky, Noam (1970). *Government in the Future*. New York City: Seven Stories Press. Retrieved 01 07, 2020, from <https://libcom.org/library/government-future-noam-chomsky>
- Cole, George D.H. (1944). *A Century of Co-operation*. George Allen & Unwin Ltd.
- Dewey, John (1946). *The Public and its Problems*. Chicago: Gateway Books.
- Dow, Gregory (2018). *The Labour-Managed Firm: Theoretical Foundations*. Cambridge: Cambridge University Press.

---

<sup>16</sup> Muito diferente, como se espera que ao longo do texto tenha ficado evidente, do alegado “liberalismo” moderno, que evita quase sempre contextualizar a sua análise com perspetivas institucionais e históricas

- Garrido, Álvaro, & Pereira, David (2018). *A Economia Social em Movimento: Uma história das organizações*. Lisboa: Tinta da China.
- Gilbert, Geoffrey (1997). "Adam Smith on the Nature and Causes of Poverty". *Review of Social Economy*, 55(3), pp. 273-291.
- Humboldt, Wilhelm von (1969). *The Limits of State Action*. (J.W.Burrow, Ed.) Cambridge: Cambridge University Press.
- ICA. (2020). "Cooperative identity, values & principles". Retrieved from International Cooperative Alliance: <https://www.ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>
- Jossa, Bruno (2005). "Marx, Marxism and the cooperative movement", *Cambridge Journal of Economics*, 29, pp. 3-18. doi:10.1093/cje/bei012
- Kautsky, Karl (1910 [1892] ). "The Commonwealth of the Future". In K. Kautsky, *The Class Struggle (Erfurt Program)*. Charles H. Kerr & Co. Retrieved from <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1892/erfurt/ch04.htm>
- Kropotkin, Piotr (1902). *Mutual Aid: A Factor of Evolution*. Nova Iorque: McClure Phillips & Co.
- Marshall, Alfred (1925). "The Future of the Working Classes". In A. Pigou, *Memorials of Alfred Marshall* (pp. 101-118). London: Macmillan.
- Marx, Karl (1864). "Inaugural address of the working men's international association". in Marx & Engels, *Collected Works* (Vol. 29).
- Marx, Karl (1894). *Capital: Volume III* (1981 ed.). Harmondsworth: Penguin Books.
- Mayo, Ed (2017). *A short history of co-operation and mutuality*. Cooperatives UK.
- Milionakis, Dimitris, & Fine, Ben (2009). *From Political Economy to Economics*. Oxford: Routledge.
- Mill, John Stuart (1987). *Principles of Political Economy with Some of Their Applications to Social Philosophy*. (W. Ashley, Ed.; ed. original 1848) Fairfield, NJ: Augustus M. Kelley.
- Patmore, Greg, & Balnave, Nikola (2018). *A Global History of Co-operative Business*. New York: Routledge.
- Pezzini, Enzo, & Girard, Jean-Pierre. (2018). *Les Cooperatives: une utopie résiliente*. Montréal, Québec: Fides.
- Proudhon, Pierre-Joseph. (1840). *Qu'est-ce que la Propriété?* Chicoutimi, Quebec: ed. Jean-Marie Tremblay, professor de sociologia no Cégep de Chicoutimi (Quebec). Retrieved from [https://cras31.info/IMG/pdf/proudhon\\_la\\_proprietef.pdf](https://cras31.info/IMG/pdf/proudhon_la_proprietef.pdf)
- Rawls, John (1999 [ed. original 1971]). *A Theory of Justice*. Cambridge, Massachussets: Belknap Press of Harvard University Press.
- Rocker, Rudolf (1989). *Anarchosyndicalism: Theory and Practice* (ed. original 1938). London: Pluto Press.
- Smith, Adam (1759). "Of Sympathy". In A. Smith, *Theory of Moral Sentiments* (2016 (e-book) ed., pp. 10-15). Enhanced Media Publishing.
- Smith, Adam (1976). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (Vol. 1). (R. Campbell, A. Skinner, & W. Todd, Eds.) Oxford: Clarendon Press.
- Smith, A. (1976). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (Vol. 2). (R. Campbell, A. Skinner, & W. Todd, Eds.) Oxford: Clarendon Press.
- Smith, Adam (1978). "Lectures on Jurisprudence, Report of 1762-3". In A. Smith, *Lectures of Jurisprudence*. (R. Meek, D. Raphael, & P. Stein (Eds.)) Oxford: Oxford University Press.

Spencer, David A. (2009). *The Political Economy of Work*. Oxford: Routledge.

Vanek, Jaroslav (1970). *The General Theory of Labour-Managed Market Economies*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Ward, Benjamin (1958). "The Firm in Illyria: Market Syndicalism". *American Economic Review*, 48(4), pp. 566-589.

White, Stuart (2017). "Liberal Philosophies of Ownership". In J. Michie, J. Blasi, & C. Borzaga, *The Oxford Handbook of Mutual, Co-Operative and Co-Owned Business* (pp. 27-38). Oxford: Oxford University Press.

Zamagni, Vera (2017). "A Worldwide Historical Perspective on Co-Operatives and Their Evolution". In J. Michie, J. Blasi, & C. Borzaga, *The Oxford Handbook of Mutual, Co-Operative and Co-Owned Business* (pp. 97-113). Oxford: Oxford University Press.